

PERSPECTIVAS*

Robert Cabanes e Isabel Georges

Falar da vida e da cidade a partir da perspectiva das camadas mais pobres¹ pressupõe evocar telegraficamente aquilo que escapa do foco deste livro: a cidade murada e protegida por alarmes eletrônicos, a cidade globalizada, trancada em seus imóveis inteligentes, a arrogância da riqueza encarnada no biquíni à venda nos Jardins que custa o mesmo que uma moradia em uma favela do subúrbio. Cada habitante sabe disso e vive com aquilo que está ao seu alcance. Trata-se aqui destas duas relações: da maneira como são construídas nas situações de dominação e da maneira como aqueles que estão submetidos a elas tentam superá-las, às vezes procurando construí-las em escala maior que a de seu meio social, por percursos que passam por formas de trabalho e atividade, religião, vida em comum e recomposições familiares.

Ao ler este livro, podemos nos surpreender com as referências constantes a um passado não tão distante, que surge à luz da atualidade neoliberal como um momento de fundação gorado logo ao nascer. Hoje, os princípios em que se assentava a Teologia da Libertação parecem insondáveis, ainda que sua lembrança esteja viva e o tempo a tenha engrandecido. Referimo-nos às decepções e expectativas frustradas da época atual, apesar de um Partido dos Trabalhadores no poder que se tornou o guia da inclusão da nação no mundo globalizado.

A banalização da situação atual deve-se a esse realismo imposto por informações econômicas que visam obscurecer deliberadamente os saberes, às verdades ideológicas passageiras, alimentando e cultivando práticas de des-

* Tradução de Fernando Ferrone. (N.E.)

¹ Esse é o ponto de partida da abordagem metodológica que será desenvolvida nos textos que compõem este livro.

truição do outro para que seja possível tomar seu lugar. Não é sob essa perspectiva que descrevemos o Brasil, mas devemos admitir que ele participa, como “todo mundo”, desse pano de fundo, desse espírito do tempo, uma globalização selvagem que se realiza por cima e por baixo.

Sobre o trabalho

Os fundamentos e as justificativas da razão política estão sob suspeita. Esta se orienta cada vez menos por uma perspectiva de “bem comum” ou “cidadania”, volta-se cada vez menos ao questionamento da racionalidade econômica, que se diz igual ou até superior à racionalidade política, nos marcos nacionais que constituíram os patamares das negociações coletivas, dos conflitos e da distribuição de renda. Ao contrário, volta-se cada vez mais para uma perspectiva econômica imposta pelo capital financeiro, ao qual cada nação tenta oferecer as melhores condições de reprodução no quadro da competição nacional. A estratégia de acumulação de capital ocorre necessariamente à custa do trabalho. Assim são desenvolvidas políticas de segmentação da força de trabalho – ou políticas de individualização – que reorganizam o mercado de trabalho com base em uma precariedade que supostamente deveria gerar uma nova energia: a empregabilidade individual e o autoemprego². O capital produtivo organiza a produção com seus gerentes com base no trabalho “participativo”, do qual são excluídas as organizações coletivas dos trabalhadores, substituídas por formas de “gerenciamento” concebidas e implantadas pelas empresas. Essa neutralização da ação social, confirmada pelo poder político, esclarece cruamente uma dinâmica econômica em que a maximização da acumulação de capital se torna ética imperiosa³, por vezes contrária à gestão industrial da produção. Essa contradição interna do sistema capitalista associa uma estratégia de rigorosa individualização no trabalho⁴ a uma de fragilização desse mesmo trabalhador por políticas de precarização do emprego e de controle da atividade produtiva⁵. Ela não oferece alternativa no plano da revalorização do trabalho. Permane-

² Ver certos programas de desenvolvimento urbano ou o nome da revista *Você S/A*.

³ Esse texto foi escrito antes da crise financeira de outubro de 2008.

⁴ Luc Boltanski e Ève Schiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme* (Paris, Gallimard, 2000). [Ed. bras.: *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo, Martins Fontes, 2009.]

⁵ Richard Sennet, *Le travail sans qualités* (Paris, Albin Michel, 2000).

ce muito seletiva no que se refere à partilha de benefícios, porque restringe o acesso aos assalariados mais qualificados, que são uma fração mínima de trabalhadores dos países periféricos. A nova configuração do trabalho assalariado formal funda-se num aumento da insegurança e numa redução dos direitos, como se o caráter de subordinação que caracteriza o trabalho assalariado fosse substituído por uma relação puramente comercial. Cada nação segue em seu ritmo rumo a uma “economia comunista de mercado”⁶, que associa ao regime do mercado regimes diversos de limitação da democracia. “O econômico”, o novo Narciso, está sempre em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, em decomposição, já que se define – sem outra referência além de si mesmo – como uma “ética”⁷ que subordina o político a seus fins e aplica-se a todos os domínios da vida.

O enfraquecimento do estatuto do trabalho assalariado produz a diversificação e o crescimento do trabalho informal. O “velho” emprego informal, em primeiro lugar. A antiga visão dos anos 1960⁸, que considerava o trabalho informal parte do desenvolvimento capitalista, ainda conserva seu valor heurístico, ou melhor, o emprego informal cresce e torna-se parte indispensável do desenvolvimento do capital sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos comerciais, terceirizações, substituindo assim as formas de emprego estatutárias e regulares. Ele é planejado como elemento estruturante da concorrência internacional, a fim de facilitar a circulação de mercadorias e de pessoas por meio de migrações induzidas e, ao mesmo tempo, ilegais.

O trabalho de assistência social e a economia solidária também ganham terreno com o aumento da desigualdade. Esse trabalho tem origens diversas: caridade privada, redistribuição pública, capital acumulado pós-produção e subtraído da fiscalização ou captado de maneira legal. As condições objetivas do exercício desse trabalho também estão sujeitas à precarização: flexibilidade do emprego e redução dos direitos.

A negligência no tratamento do trabalho suscita no mundo inteiro um forte crescimento do narcotráfico. Alguns milhares de pontos de venda numa cidade como São Paulo, que empregam cerca de 20 pessoas cada um, ofere-

⁶ Alain Supiot, “Voilà l’économie communiste de marché”, *Le Monde*, 23 jan. 2008.

⁷ “Éthique et économie, l’impossible (re)mariage?”, *Revue du Mauss*, n. 15, 1º sem. 2000.

⁸ Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003).

cem trabalho a um contingente de 150 a 250 mil indivíduos. Mas o que chama a atenção é menos o crescimento dessa atividade que sua capacidade de impregnar a vida cotidiana com seus modos de pensar e agir.

A diversificação e a complexificação da matriz social do trabalho estão ligadas, portanto, ao aparecimento de novas formas de trabalho e ao seu caráter efêmero que se interpenetram nas trajetórias de vida. Isso concerne às camadas da população que vivem do trabalho e, sobretudo, às camadas mais baixas da escala social. Além de ser uma questão de sobrevivência, que sempre se colocou para a grande maioria, é também uma questão fundamental de existência e reconhecimento sociais. Pego entre a estratégia improvável de acesso a um emprego estável e de qualidade e a estratégia inevitável da “viração”, o trabalhador é obrigado a recorrer a todos os meios disponíveis. Quando as condições pioram, a posição subjetiva do trabalhador – ao mesmo tempo “mercadoria e sujeito”⁹ – permanece fundamentalmente a mesma: só o comprometimento pessoal dá sentido à atividade. A distinção fundadora dos ergonomistas entre trabalho prescrito e trabalho real ainda é útil para estudar como os trabalhadores se apropriam dessas novas atividades no interior das novas formas de emprego. Quer se trate de uma ONG ou de uma multinacional, essa apropriação, em todas as circunstâncias, dá sentido ao trabalho¹⁰. Mas se essa estratégia só pode ser exercida de modo estritamente individual, não sendo possível exercê-la de modo coletivo, ela permanece atrelada às estratégias de individualização capitalista. A tensão entre uma poderosa imposição de novas formas de trabalho e de relação com o trabalho e as múltiplas formas de resistência no trabalho e fora dele que essa imposição suscita permite descrever um espaço da política. Os artigos a seguir descrevem o espaço público de expressão do trabalho, segundo diversos pontos de vista.

Observadas nas pessoas e nas famílias, as estratégias de vida (capítulo 1) representam modos tanto de fugir da responsabilidade direta do trabalho quanto de ressignificá-lo por meios indiretos.

A saída religiosa oferece caminhos diferentes: recusa escatológica dos males e das misérias, políticas de amizade ou ajuda mútua pela oração, mas

⁹ Maurizio Lazzarato, Muriel Combes e Bernard Aspes, “Le ‘travail’, un nouveau débat pour de vieilles alternatives”, *Futur Antérieur*, n. 35-6, 1996, p. 71-100.

¹⁰ Maud Simonet-Cusset, “Penser le bénévolat comme travail pour repenser la sociologie du travail”, *La Revue de l’Yves*, n. 44, 2004/1. No francês, a impossibilidade de separar, como no inglês, *work* (voluntariado) de *labour* (trabalho assalariado) retardou a análise do voluntariado como trabalho.

nenhum enfrenta direta ou indiretamente “os donos” do trabalho, mesmo quando são moldados por histórias de trabalho. A saída social-festiva ou anarco-social tampouco leva a esse enfrentamento, mas a dinâmica social que emana dela, a ideia de uma unidade cultural popular, parece conseguir se reconstituir a partir do trabalho, não tanto iniciando, mas seguindo um movimento social. Uma expectativa direta em relação ao trabalho existe para os mais jovens, os quais exprimem uma raiva verdadeira. Essas dinâmicas têm um denominador comum: a reorientação direta ou indireta para as relações sociais de trabalho incorpora o julgamento de que a justiça no trabalho é muito relativa, assim como o sentimento de que a igualdade entre os sexos é algo justo e deveria se expressar no trabalho.

Em sua atividade específica, os camelôs (capítulo 2) são uma variável tradicional de ajuste do mercado de trabalho em que a igualdade numérica dos sexos é perfeita, assim como a igualdade moral. Os camelôs são obrigados a passar por um mercado de proteção política que substitui a subordinação salarial e é menos regulado, mais selvagem. A expansão desse tipo de atividade (com a liberdade de comércio e seus efeitos de contrabando e mobilidade crescente) é acompanhada do aumento da concorrência e das irregularidades que os reduzem à reivindicação de um estatuto mínimo de reconhecimento social (um direito do trabalho que se restringe à mais simples premissa do direito ao trabalho) que os urbanistas e os políticos de direita gostariam simplesmente de ignorar para poder “limpar a cidade”. A violência dessa dominação aparece no momento em que os camelôs tentam se organizar.

Ainda em relação a atividades específicas, as costureiras (capítulo 3) trabalham em domicílio e são, em grande parte, ex-operárias de fábricas “reempregadas” por meio de terceirizações, sem contrato comercial ou de trabalho, apenas com uma promessa oral de pagamento. Elas conhecem a escravidão dos tempos de trabalho irregular e dos pagamentos aleatórios. São vítimas diretas da globalização selvagem, abandonadas até pelos sindicatos. Impossibilitadas de manifestar suas reivindicações de trabalho, “lutam” no papel de arrimo de família. Esse é o seu lugar no trabalho e na vida. Parece que seu único objetivo é ajudar a geração seguinte a conseguir melhores condições no trabalho e na sociedade. Sua associação em cooperativas – fenômeno marginal – é invadida por exploradores de mão de obra que reinventam as oficinas de trabalho ao estilo das do início do século XX.

A costura é um fator de igualdade de sexos entre os imigrantes bolivianos: homens e mulheres participam da mesma maneira e podem almejar igual-

mente uma atividade mais lucrativa no comércio ou na produção como “patrões”. Recrutados de início para as oficinas de costura dos coreanos (e depois obrigados a trabalhar em domicílio para evitar a fiscalização trabalhista), os bolivianos estão na mesma posição que as costureiras brasileiras, agravada pela clandestinidade. Contudo, as revoltas surdas contra os compatriotas que os exploram não são raras, e a realimentação constante de mão de obra recém-chegada, mal saída da zona rural, faz-se necessária. Nesse caso, as relações de classe parecem ainda mais empalidecidas e sufocadas pelas relações comunitárias nacionais.

Entre as trabalhadoras domésticas (capítulo 4), a substituição da identidade “vertical” imposta pelo empregador por uma identidade horizontal entre elas é lenta, mas parece irreversível. Esse movimento, fruto de uma reflexividade própria de um trabalho que ainda reproduz relações pater(mater)nalistas, está diretamente ligado às inflexões recentes das relações conjugais, cada vez mais livres. São dois movimentos que parecem interconectados. Se (ainda) não se pode falar de um “novo sindicalismo” das trabalhadoras domésticas, surge um novo “sentido pelo justo”, referindo-se em parte ao novo quadro legal.

Em relação à coleta e reciclagem do lixo (capítulo 5), é preciso observar que as relações sociais entre catadores, empresas familiares e cooperativas, de um lado, e grandes compradores (privados ou cooperados), de outro, não são geridas nem por contrato nem pelo mercado da proteção. A liberdade de comércio insere-se em relações de força equilibradas. Trata-se de um fator favorável talvez a uma grande variedade de formas de organização em cada nível (indivíduo-família, empresa familiar ou cooperativa, ou mesmo grandes conjuntos cooperativos), em que também se pode observar uma autonomia real das mulheres, tanto na forma de cooperativa quanto na forma de empresa familiar.

As formas de representação sindical são variadas (capítulo 6). Nas novas profissões do *telemarketing* (globalizadas, taylorizadas e penosas), os sindicatos patronais organizaram-se – e os sindicatos de trabalhadores parecem imitá-los – em torno da ideia de trânsito profissional: pagar relativamente bem (em relação ao mercado e declarando apenas parte do salário) pessoas que sabidamente não aguentarão muito tempo o ritmo de trabalho. Os sindicatos parecem acomodar-se com essas vantagens de curto prazo, como se se tratasse de um trabalho transitório, semelhante ao “bico”.

A população de camelôs, ao contrário, é mais “estável” em virtude da exclusão prolongada ou definitiva do mercado de trabalho. A reivindicação de dignidade no trabalho é antiga, recorrente, mas não se sustenta sem o apoio firme dos poderes públicos. Já o neoliberalismo ganha terreno incitando a desregulamentação. Essa situação estimula a oferta de diversas representações sindicais mais ou menos mafiosas e manifesta-se numa maior diversidade ideológica, que se tornou legalmente possível há pouco tempo e permitiu o surgimento de um novo campo de atuação política, o “empreendedorismo” sindical. Essa evolução coexiste com formas de representação mais “tradicionais”, como o sindicato das trabalhadoras domésticas, cuja origem são suas associações e as comunidades eclesiais de base.

No conjunto das experiências de trabalho podemos encontrar, de um lado, uma igualdade significativa nas relações sociais de sexo e, de outro, um contexto de acirrada exploração.

Uma atividade estruturante: o narcotráfico

Mais que uma passagem necessária na vida das jovens gerações, o narcotráfico tornou-se uma referência econômica (garante a sobrevivência de muitas pessoas), social (ajuda pessoas ou associações) e moral. Nesse sentido, é um empreendimento que, apesar de arriscado, mostra que se pode viver e sobreviver numa sociedade hostil e injusta, cujas lições de moral são suspeitas *a priori*, já que se perpetua na desigualdade gritante e mantém na indignação grande parte de seus trabalhadores.

Seu desenvolvimento recente aparece como uma resposta à crise do trabalho levada pelo neoliberalismo a todas as periferias do mundo, um recurso material possível para os que se encontram abandonados à própria sorte. Promove sua legitimidade, apoiando financeiramente associações – tradicionais ou modernas – e socorrendo famílias em situações difíceis ou excepcionais (casamentos, funerais). Garante assistência aos presos e reintegração no tráfico após o cumprimento da pena. Embora seja reconhecido como um mundo diferente, com regras estritas de funcionamento e sanções violentas e definitivas, não é objeto de condenação moral. É uma atividade multifacetada: pode ser “facultativa” (é possível conviver com ela sem participação ativa, eventualmente participar dela de modo intermitente ou exercê-la em caráter permanente) ou inevitável. Nesse caso, o narcotráfico institui toque de recolher em certos horários e locais enquanto efetua suas

transações; todos conhecem as circunstâncias e os eventos propícios a intervenções violentas; todos os pais passam por momentos difíceis quando têm filhos adolescentes, porque estes podem ser “seduzidos” por esse universo, pela droga, pelo dinheiro fácil ou pelos dois ao mesmo tempo. Entretanto, quando a estratégia de afastamento perde eficácia, o número de famílias que agregam esses dois universos aumenta, assim como as que vivem diretamente desse sistema, respeitando suas regras.

A crescente desregulação das regras do trabalho e dos mercados (processo que se ampliou desde a última crise financeira) sugere a noção de “cidade-bazar”, onde tudo é possível e factível (capítulo 7). Há capilaridades entre o tráfico de drogas e a economia, que podem se transformar em grandes fluxos, visíveis nos espaços da cidade. E o poder público – em particular a polícia, que há muito tempo opera no mercado da proteção-repressão no que diz respeito à droga – vê seus “negócios” crescerem em decorrência desses fluxos.

A prisão também faz parte do fluxo urbano da periferia e é aqui descrita pelo percurso de um agente penitenciário (capítulo 8) no momento em que surge a primeira organização de defesa dos presos. Nascido no sangue das revoltas carcerárias, o Primeiro Comando da Capital (PCC) torna-se pouco a pouco a principal organização do tráfico de drogas no estado de São Paulo e o principal agente regulador das negociações com a polícia. Sua atividade se banaliza no ambiente hiperneoliberal do “bazar”; a população solicita sua intermediação para organizar “debates” sobre critérios de justiça nos bairros (capítulo 10). O PCC alimenta uma cultura da periferia da qual o grupo de *rap* Racionais descreve as origens, celebra as exigências e a honra e deplora a indignidade, capaz de fazer “Jesus chorar” (capítulo 9). Esse duplo movimento aumenta a legitimidade da ilegalidade da atividade e inspira o modo de vida de uma parcela da juventude.

Associações: a cidadania em meio a ventos contrários...

A subordinação do político ao econômico no âmbito do Estado nacional pode ser relacionada a dois fenômenos: o primeiro está ligado à ideia de “responsabilidade social” das empresas; o segundo aponta para a direção oposta e nasceu nos grandes espaços municipais em que houve um aprofundamento da democracia por meio dos “orçamentos participativos”. Ainda que não seja analisado aqui – já que foi tratado de maneira superficial pelo

PT durante seus quatro anos na prefeitura de São Paulo –, o tema é citado nesta introdução por sua capacidade de construir um novo tipo de relação social¹¹.

No contexto brasileiro, o reforço das mediações sociais no nível político local surge como um princípio de reconstrução do político em nível nacional. Constituiu-se em oposição direta a uma democracia representativa prisioneira do clientelismo e exprimiu-se por meio de novas formas de participação e controle exercido pela população na gestão dos territórios (prefeituras, em particular). Diferentes formas de trabalho participativo e cogestão municipais – dos quais o orçamento participativo, ponto nevrálgico do conflito – são mobilizadas para “inverter as prioridades” numa ação política e social de redução de desigualdades. Esse princípio de transformação das relações sociais, embora localizado, não é assistencialista ou comunitário, mas universalizante, porque reabilita os princípios de igualdade e de cidadania para os mais necessitados. Sua rápida difusão em todos os continentes mostrou claramente sua vocação universalista. Entretanto, dependendo da forma concreta que assume, pode se tratar de um processo de redução da cidadania (da escala nacional para a escala local) ou de um processo de aprofundamento desta última numa perspectiva de reconstrução do espaço político em âmbitos mais amplos que o municipal, com base num controle recíproco da democracia representativa e da participativa.

As razões de sua introdução no Brasil se contrapunham de início ao uso e ao sentido que lhe deram depois certas instâncias, como o Banco Mundial. De um lado, uma gestão parcialmente compensatória das desigualdades trazidas pelo desenvolvimento da globalização; de outro, a celebração da boa governança local ocultando a impotência da ação nos âmbitos nacional e mundial. Esse conflito de sentidos opostos – boa governança e reforma da política, de um lado, e reconstrução da igualdade e legitimação da política de outro – mostrou-se como um verdadeiro desafio à democracia.

Nos locais onde as experiências foram profundas (como em Porto Alegre¹², onde foram conduzidas durante dezesseis anos pelo PT), houve uma

¹¹ Yves Cabannes, “Les budgets participatifs en Amérique latine”, *Mouvements*, n. 47-8, set./dez. 2006; Yves Sintomer, Carsten Herzberg e Anja Röcke, *Les budgets participatifs en Europe* (Paris, La Découverte, 2008).

¹² Solidariedade e Estelle Granet, *Porto Alegre, les voix de la démocratie* (Paris, Syllepse et Charles Léopold Mayer, 2003); Marion Gret e Yves Sintomer, *Porto Alegre, l'es-*

efetiva expressão das categorias mais baixas da escala social, seja do ponto de vista econômico e identitário, seja pela posição particular no ciclo de vida. Foi preciso que as “histórias de vida” da população, histórias inseparavelmente privadas e sociais, passassem para o espaço público, para que se revitalizasse de modo sustentável a qualidade de suas deliberações e decisões. Esse momento fundador mostrou que o espaço público poderia se regenerar pela expressão pública de seus sujeitos mais necessitados – sujeitos “privados” em dois sentidos: pela dificuldade de sua expressão no espaço público e pela escassez de recursos materiais e sociais. Essa é uma metáfora da escassez que pode se tornar um princípio aplicável a todas as escalas da vida coletiva, administrações ou empresas. No Brasil, as razões do fracasso e das alterações desse processo devem-se à perda da convicção política inicial (para que aprofundar a democracia quando se chega ao poder?) e à questão fundamental sobre o poder político.

Esses processos estão relacionados a outras mudanças na atividade socioeconômica. As novas (ou antigas) formas sociais trazidas pela economia solidária (autogestão, terceiro setor), que são controladas de maneira indireta e firme pelo desenvolvimento do capitalismo liberal, repousam sobre redes de trabalho voluntário, ainda que esse voluntariado dependa das dificuldades do mercado de trabalho atual. Essas formas sociais não operam do mesmo modo que a “acumulação ampliada” nos marcos capitalistas, pois é apenas preciso que um setor se torne economicamente atrativo para se transformar em alvo de acumulação. No entanto, se o econômico estrutura as mediações propostas para a sociedade civil, ele nem sempre controla essas mediações ou suas articulações com o Estado. A sociedade civil se define, do local ao mundial, por uma contradição entre as concepções do capitalismo neoliberal – cujas vitórias parecem esmagadoras – e uma concepção universalista dos direitos humanos que remete, para além do princípio da liberdade, ao direito da igualdade – cuja derrota parece consumada. A discussão desenvolvida aqui tem como objeto essas duas aparências.

A economia solidária, conceito do século passado, exprime uma crítica social legítima de exploração capitalista; seu *ethos* dá peso ao trabalho real

poir d'une autre démocratie (Paris, La Découverte, 2002). [Ed. bras.: *Porto Alegre, a esperança de uma outra democracia*, São Paulo, Loyola, 2002.] A experiência do orçamento participativo qualificou Porto Alegre a sediar quatro edições do Fórum Social Mundial. Em 2001, o orçamento participativo em São Paulo não passou, infelizmente, de uma caricatura.

em seu enfrentamento com o trabalho prescrito. O terceiro setor, conceito moderno do neoliberalismo, apresenta-se de maneira oposta, como um tema dos empreendedores sociais. Quando desembocam em tensões e conflitos no espaço público, essas duas visões acabam levantando a questão dos direitos sociais. Referindo-se à visão moderna, a interpretação dominante critica com razão essas formas de dominação. Contudo, não podemos nos restringir a essa crítica e esquecer que os atores dominados têm o que dizer, seja o que lhes foi sugerido, seja o que eles próprios pensam.

Como pressentiu Foucault¹³ em 1979, trata-se aqui da generalização do formato jurídico e social da empresa que propõe uma forma social de organização e, ao mesmo tempo, um modelo de existência, um tipo ideal de relação do indivíduo com ele mesmo. A realidade do neoliberalismo que se seguiu confirmou essa visão oriunda de uma reflexão histórica. Mas no terreno da realização dessa previsão, e apesar da eficácia que representa essa maior liberdade da relação consigo mesmo no trabalho, as contradições não são esvaziadas (capítulo 13). A tensão que rege esse domínio opõe aqueles que o inspiraram e controlam (a sociedade da “responsabilidade social” das empresas (capítulo 12), do controle financeiro e da governança associativa, os numerosos representantes desse movimento, a títulos diversos, privados e públicos) e aqueles que trabalham nele. Esse setor atrai, é claro, aqueles que encontram nele um emprego como qualquer outro, mas também aqueles que são levados por uma ideologia da assistência, “do cuidado”, da solidariedade, algumas vezes combinada com uma preocupação e/ou formação política própria ou herdada. Além disso, é um lugar em que a atividade das mulheres é intensa e suscita um debate sobre a natureza de seu trabalho: prolongamento da atividade doméstica ou expressão da atividade dos mais desfavorecidos (capítulo 13). É um lugar em que a posição do trabalho é submetida a pressões específicas e variadas, tanto do ponto de vista das relações sociais entre responsáveis por financiamentos e atores, assalariados ou voluntários, quanto das relações entre esses atores e os “clientes” ou beneficiários (capítulo 14). Lugar ainda mal desbravado do conceito de trabalho e no centro de transformações sociais potenciais. É por essa razão que análises concretas acompanham aqui as hipóteses de interpretação mais amplas. Quando essas formas de ação social se articulam com orientações ou

¹³ Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique* (Paris, Gallimard/ Seuil, 2004), p. 247-8. [Ed. bras.: *Nascimento da biopolítica*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.]

convicções ideológicas firmes – como é o caso da população de rua, último testemunho da Teologia da Libertação (capítulo 15) ou a experiência dos orçamentos participativos –, os ganhos sociopolíticos da transformação não são negligenciáveis.

Algumas vezes pré-formatada pela ideologia dominante da responsabilidade social das empresas, e outras violentamente crítica, a vida associativa, “afetada no ato” pelo neoliberalismo, inaugura com sua ação formas de crítica social inencontráveis em práticas isoladas de reivindicação: agir contra a violência doméstica não é a mesma coisa que reconhecê-la e, por trás da invenção da palavra “povo da rua”, quantas violências simbólicas foram destruídas. A palavra e a ação daqueles que vivem a fratura social no próprio corpo e mente não podem permanecer em silêncio.

Viver junto e viver para si

No território da cidade, observa-se um contraste acentuado entre processos ilegais e vigorosos da privatização de luxo apoiados pelos poderes públicos e processos legais e modorrentos de eliminação de favelas ou construção de habitações populares. Basta ver em que cidade estamos: uma política de privatização da cidade foi anunciada (capítulo 16). Nas favelas ou habitações populares, a vida cotidiana se organiza com a criação – como aposta – de um espaço coletivo entre o mundo privado da família e o espaço público da cidade, que é mais um marco de dominação que um espaço deliberativo de expressão de relações sociais. A convivência no cotidiano seria capaz de dar outra vida à vida pública? No momento mesmo em que as Igrejas pentecostais progridem com grande vigor. Para alguns, a vida religiosa, individualista ou comunitária substitui explicitamente o desejo de criar um espaço coletivo de vizinhança e convivência que, entretanto, aparece como uma necessidade para os próprios interessados. Mas um orgulho dividido entre duas concepções conflitantes ocupa essa cena em que se exprimem condições sociais vizinhas, porém opostas: medo de mostrar uma condição inferior, fragilidades e incapacidades individuais ou desejo de não se rebaixar à condição e ao contato com a multidão proletária (capítulo 18). Essa forte recusa dos atos e dos símbolos do reencontro é cheia de significados em relação à democracia e abre espaço para os “debates” do “mundo do crime”, recebidos ao mesmo tempo com alívio e preocupação. Da mesma forma, os moradores de uma favela ameaçados pela destruição de suas casas

se deixam dividir por advogados desonestos e não conseguem se unir nem para impedir a ação, nem para pleitear indenizações (capítulo 17). Esses fatos estão ligados à ruína do trabalho, à patrimonialização da política, ao arbítrio dos corpos constituídos, a todas as insuficiências da expressão pública que parecem insignificantes e não preocupam muita gente, mas são sinal de uma profunda desmoralização.

Nos últimos trinta anos, a relação com o religioso sofreu uma inflexão no sentido de sua individualização. Seria preciso contar a história do movimento religioso que encontrou expressão na América Central no começo dos anos 1960, e depois em todo o continente, com a Teologia da Libertação¹⁴. Esta foi combatida pelos Estados Unidos, que fomentaram e apoiaram golpes militares em diversos países do continente para prevenir um possível encontro dessa teologia com a ideologia revolucionária cubana nas classes populares¹⁵. O bastão “espiritual” é assumido mais tarde, com algum atraso, pelo próprio papado.

O Brasil sempre favoreceu esse messianismo religioso, apesar de sua reputação de inconsistência nesse domínio. Mas sempre permaneceu o mesmo, ou seja, capaz de reiteradas invenções, promotor de crenças “sob medida”, mais do que de crenças fechadas, de mudanças de religião ao longo da vida. A noção de “crentes-transeuntes” é uma velha história legitimada no pensamento popular: “Deus é único, mas jamais ditou sua religião”. Ora, observa-se atualmente, não só no Brasil, mas também na América Latina e em alguns outros países e setores localizados na periferia do capitalismo¹⁶, um desenvolvimento maciço das religiões pentecostais, cujo espírito poderia ser sintetizado como “religiões do indivíduo”. Elas afirmam a crença na relação direta com o Espírito Santo, essencialmente concebido como uma “força fonte de poder”, que autoriza uma relação mais direta do indi-

¹⁴ Michael Löwy, *La guerre des dieux, religion et politique en Amérique latine* (Paris, Le Félin, 1998). [Ed. bras.: *A guerra dos deuses, religião e política na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 2000.] A construção do reino de Deus, justiça e igualdade, deve se realizar primeiro na Terra, antes de se realizar no Céu.

¹⁵ André Corten, *Le pentecôtisme au Brésil: émotion du pauvre et romantisme théologique* (Paris, Karthala, 1995).

¹⁶ Estima-se que a população evangélica mundial, entre movimentos pentecostais e carismáticos, seja de 400 a 500 milhões de indivíduos, dos quais 70 milhões somente nos Estados Unidos, terra do evangelismo protestante. Ver Sébastien Fath, “Les ONG évangéliques américaines”, *Sciences Humaines*, n. 155, dez. 2004, p. 20-5.

víduo com Deus¹⁷, fora de qualquer referência social. O termo “individualismo comunitário”¹⁸ é lembrado às vezes para marcar distância em relação a qualquer inserção política, econômica ou social, e para sublinhar a posição central do indivíduo como fonte de legitimidade.

A relação com Deus é postulada sem mediação, ao contrário do pensamento político-religioso da Teologia da Libertação, que se materializava na ação coletiva e nos movimentos sociais. A relação direta com Deus esvazia a mediação dos coletivos e combina perfeitamente com o individualismo glorificado pelo capitalismo contemporâneo. Mais que isso, com a teologia da prosperidade do neopentecostismo, ganha o aspecto de resposta às crises sociais: a crença não é apenas promessa de prosperidade, ela própria é prosperidade.

O pentecostismo apresenta-se como um recurso para os indivíduos descontentes com os movimentos sociais (os militantes da Teologia da Libertação podem encontrar uma saída nessa via) ou com a sociedade: desvencilhar-se de si mesmo na crença e deixar-se levar por uma força poderosa para acabar com um processo de decadência social, por vezes real, sempre simbólica, que passa pelas drogas, pelo álcool ou pela violência. Os relatos de conversão levam a pensar que o pentecostismo fornece uma resposta à altura dos indivíduos e de seu reequilíbrio individual: oferece uma solidariedade mais imediata e apropriada aos tempos atuais que a da Igreja Católica, que é de longo prazo (salvo a resposta que deu com a Renovação Carismática, mas que continua circunscrita à classe média). O pentecostismo e o neopentecostismo não abordam ou tocam nos problemas da sociedade. Isso os torna aptos a seguir em direções opostas: o momento atual é o da liberdade conformada das segmentações e das inovações, mas as Igrejas mais poderosas preferem as manifestações de massa. O controle de certos grandes meios de comunicação e da mídia e a prática do *lobby* político nos levam a não rejeitar a hipótese de uma evolução do neopentecostismo rumo à ação política. Sejam quais forem suas evoluções possíveis, a transformação da relação com a religião, que diz respeito a todas, mostra uma correspondência inquietante com a formatação capitalista individualista. Ao mesmo tempo, o individualismo religioso insere-se numa prática que o torna inde-

¹⁷ Marion Aubrée, “La ‘force du Saint-Esprit’ au service de la mondialisation”, *Revue Tiers Monde*, v. XLIV, n. 173, jan./mar. 2003.

¹⁸ Sébastien Fath, “Les ONG évangéliques américaines”, cit.

pendente de qualquer religião: é ele que garante o trânsito entre as religiões. A flexibilidade da relação com a religião é inegável, e a noção de trânsito é essencial (capítulo 19).

Espaço privado, tensão pela igualdade e relação com o espaço público

O conceito de indivíduo, irredutível porque indivisível entre nascimento e morte, ainda está preso na tensão entre “esse quê que diferencia uns dos outros” (injunção de individualização na produção capitalista) e “a eliminação de todas as propriedades do caso particular para elaborar uma definição daquilo que é comum a todos”¹⁹ (injunção de consumo). Nos dois extremos dessa tensão, figuram a luta de cada um contra todos e a indistinção igualitária da massa. Quando nos colocamos na perspectiva de Elias para observar como o individual e o social “jogam peteca” além de seus antagonismos, incorporamos a escala da família²⁰ como elemento natural da cadeia que conduz do indivíduo para a sociedade, visando ligar a análise de suas relações internas àquela de sua inserção e ação social. Este último conjunto se refere, portanto, à análise socioantropológica das mudanças do espaço privado em suas ligações virtuosas, neutras ou conflitantes com as mudanças que ocorrem no espaço público.

A família é levada a ampliar suas funções sob a pressão das transformações no espaço público: funções de previdência social (que o Estado instaurou para gerar uma sociedade salarial de pleno emprego e da qual ele se retira

¹⁹ Norbert Elias, *La société des individus* (Paris, Fayard, 1991), p. 208. [Ed. bras.: *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1994.]

²⁰ *Ibidem*, p. 211. É impressionante que as problemáticas da relação entre indivíduo e sociedade curto-circuitem em geral a questão da família ou do universo privado, reduzindo o conceito de indivíduo à sua esfera pública, da liberdade (luta de um contra todos), ao invés da opressão (o indivíduo “de massa” supostamente só existe nas épocas de totalitarismo). Essa redução do conceito de indivíduo evita o momento de sua construção no universo privado, que é feito com mais frequência a dois, mas não necessariamente: a relação consigo mesmo exige dois interlocutores – o “eu” e o “ele” – presentes na mesma pessoa. Enfim, essa redução oculta a análise do processo inverso, o da fabricação de todos esses “*individus par défaut*”, segundo a expressão de Robert Castel, “que se destacaram dos coletivos protetores que lhes permitiam ser positivamente indivíduos (“L’individu ‘problématique’”, em François de Singly, *Être soi parmi les autres*, Paris, L’Harmattan, 2001, p. 21). A família é em geral o primeiro desses coletivos protetores; quando ela não existe, é preciso dar conta de sua ausência.

pouco a pouco) e funções dos coletivos e das mediações sociais que trataram do trabalho assalariado. No Brasil, onde a sociedade salarial se desenvolveu menos que nos países centrais, a família sempre teve um papel importante de inserção e de “proteção social”²¹, assim como ocorre em outros países do Sul. Endossando esse processo de regressão social, é possível, embora incerto, que a família passe por uma ampliação de suas solidariedades. Em compensação, parece claro que a família conjugal está se tornando um elemento estratégico da reconfiguração do espaço privado e da relação entre este e o espaço público. Seus membros desenvolvem táticas próprias, segundo suas capacidades e com frequência de maneira coordenada, para enfrentar as novas formas de trabalho social, voluntariado, economia solidária e programas públicos concebidos para ela. Todos são estimulados a julgar as mediações construídas no espaço público.

Além disso, a família passa por processos internos que tendem a fazer dela um espaço de interação mais intenso. Uma das consequências do movimento feminista na escala mundial foi a introdução da “paixão da igualdade”²² nos espaços público e privado. Essa paixão se inscreve nas representações relativas ao mundo social, às práticas de pesquisa do trabalho e às representações familiares: mudanças na relação com o emprego e o trabalho, redistribuição das funções, das atividades e das relações internas entre seus membros. Ela também dá os sinais de uma crise no patriarcado. É assim que podemos ler a maior visibilidade da violência doméstica e dos fenômenos das mulheres que optam por tornar-se chefes de família. O conceito de espaço privado parece adequado então para designar um lugar de relativa autonomia, capaz de levá-la à sua articulação com outros espaços, dentre os quais o público. Já o termo “família” remete a uma forma social mais institucional e engessada.

A emergência de um espaço privado não é produto da individualização capitalista; ele possui valores profundamente alheios a ele, pois a tensão pela igualdade orientou a tensão pela liberdade. É sobre essa nova base de

²¹ O termo “família-previdência” é empregado para mostrar a importância de sua intervenção em relação à previdência estatal. Ver Claude Martin, “Le souci de l’autre dans une société d’individus”, em Serge Paugam (org.), *Repenser la solidarité, l’apport des sciences sociales* (Paris, PUF, 2007), p. 219-38.

²² Ou a paixão da “reciprocidade”, que implica mais uma relação de troca que numa divisão igualitária do trabalho, em particular o doméstico. Ver François de Singly, *Fortune et infortune de la femme mariée* (Paris, PUF, 2004), p. 227.

igualdade ou justiça que o espaço privado pode criar articulações produtivas com as mediações sociais oriundas da sociedade civil. E ao mesmo tempo continuar a sofrer pressão das determinações da sociedade global.

A determinação pelo consumo é a mais insistente. Os direitos sociais compensatórios da subordinação que são negados no trabalho de produção²³ são transformados em semidireitos de pós-produção. Os direitos do produtor são transformados em direitos do consumidor; essa ao menos é a proposta, ou a ilusão²⁴. Essa dinâmica pode absorver o espaço privado: a interação privado-público pode ser reduzida a essa relação e à defesa do nível de vida. Aparentemente, é a guinada realizada pelos arranjos familiares das classes médias que consegue preservar mais ou menos a posição delas no mercado de trabalho. Não é necessariamente o caminho trilhado pelas classes populares submetidas às mais vigorosas tensões familiares (acesso ao trabalho e sobrevivência), societais (presença imediata das soluções de ilegalidade) e políticas (*déficit* de representação).

Diante dos recuos societais relativos à proteção do trabalho reconhecido como subordinado, do aparecimento dos mercados de proteção e “mercadoria política”, em que o trabalho não é nem mesmo reconhecido como tal, da grande confusão do terceiro setor, em que o trabalho não é nem conceitualizado nem socialmente regulado e seu reconhecimento depende da ação social e política permanente de seus trabalhadores e da impotência coletiva que se afirma nos espaços concretos da vida cotidiana – salvo a experiência coletiva religiosa pilotada de cima –, poderíamos perguntar o que ainda permite às pessoas se ancorar numa forma qualquer de economia moral que resista ao *tsunami* neoliberal. No entanto, notamos que, no domínio do trabalho informal e associativo, o lugar das mulheres cresceu e sua ação poderia se enriquecer com referências de igualdade e justiça mais fortes que as dos homens. Estes parecem estar mais preocupados em negociar conjunturalmente do que em fundar a negociação na lembrança dos grandes princípios, por medo de parecerem idealistas fora dos marcos concretos. É mais difícil acusar as mulheres de um idealismo desse tipo, já que elas estão há mais tempo na desigualdade e na opressão. O estudo da relação entre as

²³ Alain Supiot, *Critique du droit du travail* (Paris, PUF, 2002), prefácio da edição para a coleção Quadrige.

²⁴ A crise dos *subprimes* mostra que a redução dos salários foi substituída pelo direito ao crédito, fonte de renda suplementar para a bulimia do capital.

mudanças de posição das mulheres nos espaços privado e público é de grande interesse, portanto.

Além das famílias que vivem divididas entre o mundo legal e o ilegal e são obrigadas a garantir uma transação contínua entre esses dois mundos (capítulo 20), as mulheres solteiras e chefes de família criam um modelo de economia moral diferente daquele da família tradicional, em que a mulher só tem valor como esposa e mãe (capítulo 21). O artigo final (capítulo 22) tenta mostrar a diferença entre as relações sociais familiares que são simples reflexo das relações sociais dominantes e as relações sociais inovadoras no espaço privado que ligam um modelo igualitário de economia moral a formas de intervenção na vida social que não são uma simples reprodução desta última. Se as relações sociais de sexo são consubstanciais com as relações de classe²⁵, como dar conta do progresso no campo das relações sociais de sexo nos espaços privado e público e da regressão das relações sociais de classe no espaço público? Esse capítulo procura mostrar como uma nova forma de economia moral que se desenvolve no espaço privado contribui para diversas formas de economia moral num espaço público, que, no entanto, está submetido às fortes tensões de um neoliberalismo que fragiliza o trabalho assalariado e cria um trabalho fora de controle.

²⁵ Roland Pfefferkorn, *Inégalités et rapports sociaux; rapports de classe, rapports de sexe* (Paris, La Dispute, 2007).

Cabanes Robert, Georges Isabel, Ferrone F.
(trad.).

Perspectivas.

In : Cabanes Robert (ed.), Georges Isabel (ed.),
Rizek C. (ed.), da Silva Telles V. (ed.). Sairas de
emergência.

Sao Paulo : Boitempos, 2011, p. 11-28.

(Estado de Sitio). ISBN 978-85-7559-182-6